

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

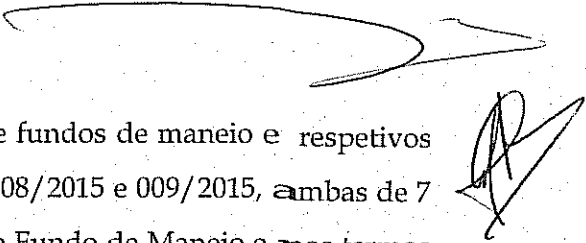
ATA N.º 24 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

----- Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, na cidade de Tondela, na sede da CIM, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicados, os seguintes membros:-----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.597	Presidente	Joaquim António Marques Bonifácio
Carregal do Sal	10.099	Presidente	Rogério Mota Abrantes
Castro Daire	16.514	Presidente	José Fernando Carneiro Pereira
Mangualde	20.330	Presidente	João Nuno Gonçalves Azevedo
Nelas	13.861	Vice-Presidente	Alexandre João Simões Borges
Oliveira de Frades	9.415	Presidente	Luís Manuel Martins de Vasconcelos
Penalva do Castelo	8.819	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	11.563	Vice-Presidente	Mário Marques da Silva
São Pedro do Sul	17.274	Vereador	Francisco José de Matos
Sátão	13.992	Presidente	Alexandre Manuel Mendonça Vaz
Tondela	29.213	Presidente	José António Gomes de Jesus
Vila Nova de Paiva	6.892	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	95.853	-----	-----
Vouzela	10.171	Presidente	Rui Miguel Ladeira Pereira

----- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte: -----

- 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 3/12/2014; -----
- 2 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 17/12/2014;-----
- 3 - Análise, discussão e ratificação do Regimento Interno do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, aprovado na reunião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, realizada no passado dia 17 de dezembro, de acordo com a Informação de Serviço nº 010/2015, de 7 de janeiro, nos termos do nº 2 do art.º 99º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 4 - Análise, discussão e votação da proposta de protocolo de cooperação, a estabelecer entre a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) e a CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito do aprofundamento regional do sistema de antecipação de necessidades de qualificações, de acordo com a Informação de Serviço nº 007/2015, de 5 de janeiro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

- 
- 5 - Análise, discussão e votação da constituição de fundos de maneiio e respetivos titulares, de acordo com as informações de serviço nº 008/2015 e 009/2015, ambas de 7 de janeiro, de acordo com o art.º 4º do Regulamento do Fundo de Maneio e nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 6 - Análise, discussão e votação da 1ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2015, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 7 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços na implementação do projeto de formação "096777/2013/34 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local" integrado na tipologia de intervenção 3.4, no âmbito do POPH - Programa Operacional do Potencial Humano, de acordo com a Informação de Serviço nº 004/2015, de 2 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 8 - Análise, discussão e votação do relatório final da análise de propostas apresentadas ao procedimento concursal para a "Aquisição de serviços para conceção de campanha de comunicação no âmbito da aplicação dos fundos comunitários, na região Viseu Dão Lafões, no período de programação 2007/2013", nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 9 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços para apoio na implementação e execução da candidatura n.º 096777/2013/34 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local", de acordo com a Informação de Serviço nº 006/2015, de 5 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 10 - Análise, discussão e votação da proposta de alteração da redação dos artigos 5º, 7º e 10º do regulamento do concurso de ideias de negócio "Wanted Business Ideas" de acordo com a Informação de Serviço nº 005/2015, de 5 de janeiro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 11 - Tomada de conhecimento e ratificação da listagem das aquisições de serviço aprovadas, pelo Secretário Executivo Intermunicipal, no decurso do mês de dezembro, ao abrigo do parecer prévio genérico favorável, aprovado pelo Conselho Intermunicipal na sua reunião de 21 de janeiro de 2014.-----

----- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver “quórum” para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião.-----

----- Período de Antes da Ordem do Dia.-----

----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho, do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, abriu o período de antes da ordem do dia, tendo começado por informar os presentes que tinha participado, no passado dia oito de dezembro, no Auditório da CCDR do Centro, numa reunião promovida pela Entidade Regional Turismo Centro de Portugal, tendo aí sido apresentado o novo posicionamento da marca Centro de Portugal, e a proposta de participação conjunta na BTL 2015.-----

----- Continuou, informando, o Conselho Intermunicipal que tinha tido uma reunião com a Dr.ª Isabel Damasceno, Vogal Executiva do MaisCentro, com o intuito de avaliar o ponto de situação dos novos regulamentos comunitários.-----

----- Ainda neste âmbito, informou que iria abrir um novo aviso de abertura, em regime de overbooking, em todos os regulamentos específicos, com a exceção das escolas.-----

----- Referiu, ainda, que o grau de maturidade exigido seria adjudicação e eventualmente já com o primeiro auto de medição.-----

----- Deu, também, nota que poderão as obras serem inferiores a duzentos e cinquenta mil euros, desde que sejam adjudicadas através de um concurso público.-----

----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal informou, também, o Conselho Intermunicipal que o Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Dr. Nuno Martinho, tinha sido escolhido, de entre os Secretários Executivos das CIM's da Região Centro, para integrar o Grupo de Trabalho, criado pela Associação nacional de Municípios Portugueses, para análise dos novos regulamentos específicos do “Portugal 2020”.-----

----- Continuou a sua intervenção informando que no próximo dia 29 de janeiro, no Hotel Montebelo, se iria realizar a sessão pública de apresentação do Concurso de Ideias de Negócio “Wanted Business Ideas”, pelo que contava com a presença de todos.

--- Continuou a sua intervenção afirmando que as questões de saúde são questões de princípio, pelo que compreendia e se solidarizava com o Senhor Presidente da Câmara de Aguiar da Beira, pois ele está preocupado com os seus concidadãos e com toda a razão.-----

--- Afirmou, ainda, que espera não vir a passar pelo mesmo no seu Município mas que é favorável a uma tomada de decisão coletiva, do Conselho Intermunicipal, pois no seu Concelho são 4000 utentes que não têm médico de família.-----

--- Continuou a sua intervenção alertando para a necessidade de ser feita uma reflexão profunda sobre a capacidade para manter abertos os centros de saúde, por oposição à sobrecarga que esse facto gerará nos serviços prestados pelo Hospital de Viseu.-----

--- Concluiu a sua intervenção, relativamente a este ponto, manifestando, mais uma vez a sua solidariedade para com o Senhor Presidente da Câmara de Aguiar da Beira, mas afirmando discordar do facto de as autarquias pagarem aos médicos diretamente, independentemente da bondade da proposta, pois essa não é uma competência do poder local mas sim do poder central.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Dr. João Azevedo, alertou os presentes para a necessidade de municípios como Tondela, Viseu e Mangualde terem necessidade de fazer diversos planos a 15 anos de forma a que o município se possa candidatar em diversas áreas. Neste sentido, colocou a seguinte questão:-----

--- Os planos municipais que estes três municípios têm que elaborar entroncam ou não no Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes e como se conjuga isto com as ARU's e os PEDU's.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Carregal do Sal, Senhor Rogério Abrantes, que questionou os presentes sobre uma comunicação remetida pela ANMP relativa ao aviso de candidatura para a aquisição de equipamentos de comunicação para as corporações de bombeiros e serviços municipais de proteção civil e se algum dos Senhores Presidentes estava interessado em se candidatar.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Oliveira de Frades, Dr. Luís Vasconcelos, que começou por manifestar o interesse do seu município na apresentação de uma candidatura para a aquisição de equipamentos de comunicação para as corporações de bombeiros e serviços municipais de proteção civil.-----

----- Referiu, ainda, que relativamente à problemática da saúde, o seu município, também, tem sentido o problema, pois perdeu uma extensão de saúde, agravado pelo facto de o médico ter saído e não ter entrado nenhum para compensar a saída. -----

----- Continuou a sua intervenção afirmando, também, a sua preocupação com a redução dos horários de funcionamento, pelo que na sua opinião era urgente a realização de um debate sobre este assunto de forma a que se encontrasse uma estratégia de ação que permita, pelo menos, minorar este problema. -----

----- Nesse sentido, afirmou que não se poderia deixar de equacionar uma intervenção multifacetada e em parceria com outras instituições existentes nos diversos municípios, como sejam os lares e nomeadamente os diversos serviços de cuidados continuados que poderão ter condições de ajudar a melhorar a resposta aos nossos munícipes. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Sátão, Dr. Alexandre Vaz, que começou por aconselhar os presentes que sempre que sejam confrontados com a saída de um médico deverão tomar uma posição de que só concordarão com a mesma se o médico for antecipadamente substituído. -----

----- Continuou a sua intervenção, afirmando, concordar com o Senhor Presidente Vasconcelos pois o problema do horário era um problema grave e que deveria preocupar todos os Presidentes, sendo que o mesmo poderá não ser possível solucionar com o recurso aos serviços de cuidados continuados, pois estamos a falar de médicos e não de enfermeiros. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vereador da Câmara de São Pedro do Sul, Dr. Francisco Matos, que afirmou que o problema da saúde era do Ministério da Saúde, sendo que as respostas que têm vindo a ser apresentados não têm estado a resolver os problemas e que um bom exemplo disso eram os médicos estrangeiros que não estavam a ser capazes de responder, eficazmente, às necessidades. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, Dr. José António de Jesus, que começou por afirmar que no ano de 2011 o seu município tinha perdido 7 médicos, sendo que neste momento, no seu município há 11000 utentes sem médico de família. -----

----- Na sua opinião as USF's destruíram a rede de cuidados de saúde primários, dado a remuneração dos médicos que trabalham nestas unidades ser mais alta do que a dos outros, uma vez que trabalham por objetivos. -----

---- Continuou afirmando que a agravar esta situação está o facto de as USF's estarem mal distribuídas pelo território, e o melhor exemplo disso mesmo, era o elevado número de unidades existentes no Município de Viseu.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara de Tondela continuou a sua intervenção, afirmando, que a somar a isto está a incapacidade que o sistema tem de formar mais médicos, dada a existência de número clausus, de admissão à universidade.-----

---- Concluiu a sua intervenção, afirmando, que seria importante legislar no sentido de permitir que médicos que estão fora do SNS e que querem voltar a trabalhar, como seja o caso de médicos reformados, e que a título excepcional poderiam voltar ao sistema, garantindo-se que apenas poderiam trabalhar um determinado número de horas, sendo que esta poderá ser a solução para os nossos municípios, pois à exceção de Viseu todos os demais sofrem com este problema.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vouzela, Eng.º Rui Ladeira, que começou por se queixar da perda de médicos do seu município para as USF's de Viseu.-----

---- Continuou a sua intervenção alertando para a importância das extensões de saúde e no que elas representam em termos de proximidade às populações.-----

---- Concluiu a sua intervenção propondo que se fizesse um levantamento exaustivo dos problemas que assolam os nossos municípios de forma a que de seguida o Conselho Intermunicipal pudesse tomar uma posição de força.-----

---- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que propôs que cada um dos presentes fizesse um apanhado dos recursos, equipamentos e problemas existentes no seu município e os enviasse para a CIM, até ao final do mês, de forma a permitir que o Conselho possa tomar uma posição de força conjunta.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que começou por afirmar que a própria CIM trazia uma proposta para a apresentação de uma candidatura conjunta ao aviso de candidatura para a aquisição de equipamentos de comunicação para as corporações de bombeiros e para os serviços municipais de proteção civil, sendo que, para efeitos de candidatura, era importante demonstrar a maturidade da operação.-----

---- Continuou a sua intervenção, informando, que tinha sido prorrogado, para 15 de janeiro, o prazo para a submissão da estratégia territorial, sendo que esta prorrogação

apenas tinha sido concedida por questões formais, uma vez que se entendeu que estas não deveriam ser submetidas antes do PO Regional estar aprovado pela Comissão Europeia. -----

----- O Senhor Secretário Executivo continuou a sua intervenção alertando para o facto de poderem vir a ser constituídas autoridades urbanas, sendo que estas seriam organismos intermédios e como tal possuidores de capacidade para aprovar projetos e validar despesa, por exemplo, tendo poderes como a CIM. Falta perceber se a IGF vai concordar com isso dado a mesma ter impedido que as CIM's, que abrangem um território maior dos que estas autoridades urbanas, tivessem esta capacidade, sendo que a ANMP não vai tomar posição sobre isto dado ser uma medida descentralizadora, indo apenas propor que a mesma se aplique às CIM's. -----

----- Continuou a sua intervenção, afirmando, que relativamente aos Planos Intermunicipais de Mobilidade e Transportes ainda há muita confusão, sendo que a CIM já está a trabalhar nesse dossier, tendo este Conselho aprovado o lançamento de um procedimento concursal para a sua elaboração, na reunião do passado dia 17 de dezembro. O mesmo não foi, ainda, lançado, porque estão a ser publicados um conjunto de elementos que devem ser incorporados no mesmo. -----

----- O Dr. Nuno Martinho informou o Conselho que neste âmbito tinha reunido com o IMT para perceber a sua posição, relativamente a estes documentos, sendo que eles são contra a sua elaboração, nos moldes em que têm estado a ser elaborados, dado que um PIMT, bem feito, demorará a ser executado, no mínimo, 18 meses. Informou, também, que o IMT tinha alertado que na tipologia de transportes públicos a gestão passaria a ser supramunicipal, não estando ainda definido se seria necessário um plano para a mobilidade suave. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, Dr. José António de Jesus, que questionou o Dr. Nuno Martinho se com a elaboração do PIMT este iria dar origem a um novo plano de concessão dos transportes públicos e em caso afirmativo como é que se teria de proceder. -----

----- Retomou a palavra, o Dr. Nuno Martinho, que informou os presentes que segundo informações do IMT o PIMT deveria dar origem aos alicerces dos Planos Operacionais de Transportes Municipais, tendo inclusive aconselhado a criação de um observatório regional. -----

----- Continuou a sua intervenção manifestando a sua preocupação, já transmitida à CCDR do Centro, relativamente ao facto de ainda não estar garantido o financiamento para a elaboração das ITI's e do Pacto. -----

----- Informou, também, o Conselho Intermunicipal relativamente a uma tomada de posição conjunta com o Município de Penela relativamente ao facto de os novos regulamentos específicos nada dizerem relativamente à manutenção de uma estratégia para as RUCI's. -----

----- Ainda relativamente a este assunto, o Dr. Nuno Martinho, referiu que o regulamento contempla uma descida da comparticipação de 85% para 50%, para despesa efetuadas no ano de 2015, sendo que está para ser resolvida, mas que, até agora, nenhuma decisão tinha sido tomada, tendo igualmente questionado a ANMP, de forma a que esta também forçasse uma tomada de posição por parte do Governo, uma vez que é o único regulamento específico onde consta tal disposição. -----


----- Concluiu a sua intervenção mostrando estranheza por o POVT ter dado um prazo para conclusão das operações até dezembro de 2015, enquanto que os PO's Regionais apenas podem permitir a prorrogação dos prazos até junho de 2015, não se compreendendo porque é que não é permitido que as operações sejam concluídas até dezembro de 2015. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Dr. João Azevedo, que afirmou ser favorável a uma tomada de posição, por parte das CIM's, de forma a mostrar a incoerência e desagrado ao Senhor Secretário de Estado, quer relativamente aos prazos quer no que concerne a incongruências que se verificam ao nível dos avisos em overbooking. -----

----- Continuou a sua intervenção afirmando que o seu município está interessado na implementação de um modelo de governança supramunicipal para as incubadoras. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que começou por informar que a capacitação de recursos ao nível das incubadoras terá que ser partilhada e de cariz supramunicipal. -----

----- Continuou a sua intervenção informando que tinha sido aprovado o pedido de prorrogação do prazo de execução física e financeira do projeto SAMA, até setembro de 2015, tendo por base a implementação da central de compras, não podendo deixar de serem cumpridos diversos prazos intermédios, nomeadamente, os relativos à reengenharia de processos e software de gestão documental MyDOC. -----



-----Relativamente à problemática dos encargos suportados pelos municípios relativamente às aplicações informáticas da AIRC, leia-se encargos de manutenção, e abstendo-se de fazer comentários relativamente à sua política comercial, o Dr. Nuno Martinho informou o Conselho que os encargos gerados para os municípios com a implementação do projeto SAMA rondavam os 273 euros por mês, dado o MyDOC aumentar, em relação ao SGD, 900 euros, por ano, apenas em 2016 e nada ser cobrado até lá, relativamente às soluções de gestão documental em utilização no município. Relativamente ao MyNET a solução só começa a ser cobrada em 2015, apesar de estar implementada à cerca de 2 anos. Há um conjunto de encargos de manutenção com outras aplicações AIRC mas que nada têm a ver com o projeto SAMA. -----

-----Concluiu este tema informando que a AIRC estava disponível para esclarecer o assunto podendo marcar presença numa próxima reunião do Conselho Intermunicipal.

-----Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que sugeriu que se questionasse a AIRC sobre quais os custos que os municípios terão que suportar no futuro para manterem em utilização as suas aplicações. Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Penalva do Castelo, Senhor Francisco Carvalho, que afirmou ter estado presente na última assembleia geral da AIRC, não tendo sido possível realizar a mesma por falta de quórum, tendo considerado que esse e que era o espaço adequado à discussão da referida política comercial. -----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Santa Comba Dão, Eng.º Mário Silva, que afirmou nada ter contra a AIRC, mas que considerava que os municípios estavam amarrados, de pés e mãos, às suas soluções informáticas e por isso é que os preços eram aqueles que eles queriam. -----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que relativamente a este assunto e não pretendendo defender a AIRC, afirmou existirem outras soluções e outras realidades informáticas no mercado, mas que também implicam outro tipo de custos. -----

-----Continuou o Senhor Secretário Executivo informando o Conselho que se tinha realizado, em Tondela, uma reunião com todos os Secretários Executivos das CIM's da Região Centro, tendo sido tratados diversos assuntos, destacando-se a dificuldade colocada pelo Orçamento de Estado para 2015 na contratação de pessoal, dado não permitir o aumento das despesas com pessoal para o corrente ano. -----

----- Um outro assunto analisado prende-se com a problemática dos cargos dirigentes, nomeadamente na falta de resposta e despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Local, no que concerne à proposta aprovada pelo Conselho Diretivo da ANMP.-----

----- Relativamente a esta problemática o Conselho Intermunicipal manifestou-se, de forma unanime, que se deveriam reforçar as diligências, junto do Secretário de Estado da Administração Local, no sentido de aprovar a proposta da ANMP, com a qual este Conselho concorda.-----

----- Continuou a sua intervenção informando que no âmbito do projeto de empreendedorismo nas escolas tinha sido criada uma mascote chamada Gaspar e que esta iria percorrer as diversas escolas que integram o projeto, sendo que, de forma antecipada, os Senhores Presidentes iriam ter conhecimento do calendário de visitas. ---

----- No que concerne à problemática da proteção civil o Senhor Secretário Executivo informou os presentes que iriam ser preparadas as notas de débito, a remeter aos municípios, relativas aos equipamentos de proteção individual.-----


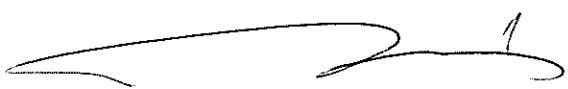
----- Relativamente à aquisição de equipamentos de comunicação foi opinião unanime, do Conselho intermunicipal, que a CIM deveria apresentar uma candidatura que agregasse as necessidades das corporações de bombeiros e dos serviços municipais de proteção civil, ficando igualmente responsável pelo lançamento de um procedimento de aquisição conjunto.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara de Santa Comba Dão abandonou a reunião. --

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que informou o Conselho que tinha convidado o Senhor Eng.º Carlos Ferreira, da WeGOV, para fazer um ponto de situação da implementação do projeto SIG. Foi dada a palavra ao Senhor Eng.º Carlos Ferreira que utilizando a aplicação informática em uso na CIM, fez uma demonstração do grau de desenvolvimento em que se encontra o Sistema de Informação Geográfico da CIM Viseu Dão Lafões. -----

----- Retomou a palavra o Dr. Nuno Martinho que alertou para o facto de muitos dos contratos de utilização do software ESRI se encontrarem perto do fim, pelo que era importante que os municípios começassem a preparar a transição para o software open source.-----

----- Continuou a sua intervenção propondo aos presentes uma definição de data para a apresentação pública da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial "Viseu



Dão Lafões 2020", propondo sessões de apresentação municipais, para uma apresentação mais global da estratégia e sessões temáticas que se realizariam em diversos pontos da região. -----

----O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, propôs a realização de uma reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal, para o dia 27 de janeiro, pelas 15 horas.-----

----Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 163.177 eleitores, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

----O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, propôs que a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal, relativa ao mês de fevereiro, se realizasse no dia 9 de fevereiro, pelas 15 horas. -----

----Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 163.177 eleitores, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

----Informou, também, que iriam ser entregues pelos serviços da CIM, 50 exemplares do livro "A Viagem do Elefante" por município. -----

----Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente do Conselho deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

----Período da Ordem do Dia. -----

----Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 03/12/2014 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 03/12/2014. -----

----Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 163.177 eleitores, aprovar a ata. -----

----Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 17/12/2014 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 17/12/2014. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 163.177 eleitores, aprovar a ata. -----

---- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e ratificação do Regimento Interno do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, aprovado na reunião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, realizada no passado dia 17 de dezembro, de acordo com a Informação de Serviço n.º 010/2015, de 7 de janeiro, nos termos do n.º 2 do art.º 99º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, em face da ausência de pedidos de intervenção colocou o mesmo a votação. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 163.177 eleitores, ratificar o Regimento Interno do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---- Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de protocolo de cooperação, a estabelecer entre a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) e a CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito do aprofundamento regional do sistema de antecipação de necessidades de qualificações, de acordo com a Informação de Serviço n.º 007/2015, de 5 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que fizesse o referido ponto de situação. -----

---- O Dr. Nuno Martinho começou por informar que a ANQEP está a definir as prioridades ao nível do emprego e da qualificação, pelo que pretende celebrar com a nossa CIM um protocolo de cooperação com a CIM para nos poder auxiliar nesse trabalho. -----

---- Continuou a sua intervenção informando que o Decreto-Lei n.º 36/2012, de 15 de fevereiro, atribui à ANQEP a coordenação da execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do

sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências e especificamente o papel de: -----

----- 1 - Coordenar, dinamizar e gerir a oferta de educação e formação profissional de dupla certificação destinada a jovens e adultos, bem como a rede de entidades responsáveis pela aplicação dos correspondentes dispositivos de informação e orientação, assegurando a complementaridade dos sistemas de educação e formação profissional e a qualidade das referidas ofertas; -----

----- 2 - Garantir o acompanhamento, a monitorização, a avaliação e a regulação da oferta de educação e formação profissional de dupla certificação destinada a jovens e adultos. -----

----- Continuou, ainda, informando que atendendo à necessidade de assegurar um quadro de atuação mais sistemático, decorrente das atribuições da ANQEP anteriormente referidas, no domínio da coordenação e regulação da oferta de dupla certificação e da gestão do Catálogo Nacional de Qualificações e atendendo a que o cumprimento destas atribuições só poderá ser eficazmente conseguido se a base de trabalho partir de um conhecimento atualizado e compreensível sobre as dinâmicas de procura de qualificações a curto e médio prazo e que a obtenção deste conhecimento exige a aplicação de um conjunto de recursos metodológicos que de forma combinada promovam uma leitura prospetiva da evolução do emprego e a relacionem com a própria dinâmica de oferta de educação e formação; -----

----- Concluiu a sua intervenção, afirmando, que de acordo com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o estatuto das entidades intermunicipais prevê especificamente que são atribuições das destas promover o planeamento e a gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido e assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central no que respeita especificamente à rede educativa e de formação profissional. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 163.177 eleitores, aprovar a proposta de protocolo de cooperação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao quinto ponto da ordem de trabalhos - Análise, discussão e votação da constituição de fundos de maneiio e respetivos titulares, de acordo com as informações

de serviço nº 008/2015 e 009/2015, ambas de 7 de janeiro, de acordo com o art.º 4º do Regulamento do Fundo de Maneio e nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado no projeto de decisão de adjudicação explicou, detalhadamente, o assunto em apreço. ---

---- Colocada a proposta de aquisição de serviços para a certificação legal de contas a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 163.177 eleitores, aprovar as mesmas. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---- Quanto ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da 1ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2015, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho que explicasse ao Conselho Intermunicipal o assunto em apreço. ---

---- Foi dada a palavra ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que esclareceu o Conselho Intermunicipal que a presente alteração orçamental pretendia dar cabimento a pequenas alterações que o transano provocou bem como permitir a acomodação do procedimento de aquisição relativo à viatura, aprovado na última reunião do Conselho Intermunicipal. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 163.177 eleitores, aprovar a mesma. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---- Quanto ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços na implementação do projeto de formação "096777/2013/34 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local" integrado na tipologia de intervenção 3.4, no âmbito do POPH - Programa Operacional do Potencial Humano, de acordo com a Informação de Serviço nº 004/2015, de 2 de janeiro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr.

José Morgado Ribeiro, apoiado no projeto de decisão de adjudicação explicou, detalhadamente, o assunto em apreço.-----

-----Colocada a proposta de aquisição de serviços para a certificação legal de contas a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 163.177 eleitores, aprovar o mesmo.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

-----Quanto ao oitavo ponto da ordem de trabalhos - Análise, discussão e votação do relatório final da análise de propostas apresentadas ao procedimento concursal para a "Aquisição de serviços para conceção de campanha de comunicação no âmbito da aplicação dos fundos comunitários, na região Viseu Dão Lafões, no período de programação 2007/2013", nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado no projeto de decisão de adjudicação explicou, detalhadamente, o assunto em apreço.-----

-----Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 163.177 eleitores, aprovar o mesmo.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

-----Quanto ao nono ponto da ordem de trabalhos - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços para apoio na implementação e execução da candidatura n.º 096777/2013/34 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local", de acordo com a Informação de Serviço nº 006/2015, de 5 de janeiro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado informação de serviço, explicou, detalhadamente, o assunto em apreço.-----

-----Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 163.177 eleitores, aprovar a mesma.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao décimo ponto da ordem de trabalhos - Análise, discussão e votação da proposta de alteração da redação dos artigos 5º, 7º e 10º do regulamento do concurso de ideias de negócio "Wanted Business Ideas" de acordo com a Informação de Serviço nº 005/2015, de 5 de janeiro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado informação de serviço, explicou, detalhadamente, o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 163.177 eleitores, aprovar a mesma. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao décimo primeiro ponto da ordem de trabalhos - Tomada de conhecimento e ratificação da listagem das aquisições de serviço aprovadas, pelo Secretário Executivo Intermunicipal, no decurso do mês de dezembro, ao abrigo do parecer prévio genérico favorável, aprovado pelo Conselho Intermunicipal na sua reunião de 21 de janeiro de 2014 - o Conselho Intermunicipal tomou conhecimento e deliberou ratificar a listagem das aquisições de serviço aprovadas, pelo Secretário Executivo Intermunicipal, no decurso do mês de dezembro, ao abrigo do parecer prévio genérico favorável, aprovado pelo Conselho Intermunicipal na sua reunião de 21 de janeiro de 2014, por unanimidade, representando 163.177 eleitores. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezoito horas, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi. -----

José Morgado Ribeiro 12
José Carlos Oliveira Almeida

Nº de Informação	Nº de Parecer Prévio	Objeto	Rubrica Orçamental	Valor de Adjudicação
354/2014	0144/2014	Implementação das ações de rua no âmbito da promoção da marca nas cidades do Porto e de Lisboa	020220	4.190,00 €
357/2014	0146/2014	Reunião do Conselho Intermunicipal e do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal - Almoço	020211	425,00 €
358/2014	0147/2014	Sessão pública de apresentação do álbum gráfico "A Viagem do Elefante" - Serviço de Jantar	020211	1.036,59 €
363/2014	0145/2014	Envio de material promocional para ação de rua em Lisboa	020225	175,00 €
368/2014	0148/2014	Spot Promocional - Concurso de Ideias de Negócio	020217	525,00 €
369/2014	0149/2014	Sacos de papel kraft para entrega de material promocional da Marca Viseu Dão Lafões	020225	588,30 €
372/2014	0153/2014	Entrega de material para distribuição dos suportes comunicacionais da Marca Viseu Dão Lafões	020225	500,00 €



COMUNIDADE MUNICIPAL
VISEU DÃO LAFOES

Aquisições de serviço ao abrigo do Parecer Prévio Genérico Favorável aprovadas na reunião de Conselho Intermunicipal a 03-12-2014 - Anulações

Nº de Informação	Nº de Parecer Prévio	Objeto	Rubrica Orçamental	Valor de A adjudicação	Cabimento e nº Seq. de Compromisso
327/2014	0124, 0125, 0126, 0127 e 0128/2014	Campanha de comunicação no âmbito da divulgação da Rede Regional de Empreendedorismo e do Concurso de Ideias de Negócio - Spots Publicitários nas rádios regionais	020217	1.301,17 €	602 e 2387 a 2391
328/2014	0129/2014	Campanha de comunicação no âmbito da divulgação da Rede Regional de Empreendedorismo e do Concurso de Ideias de Negócio - Inserção de publicidade do Diário de Coimbra	020217	2.000,00 €	605 e 2383
329/2014	0130/2014	Campanha de comunicação no âmbito da divulgação da Rede Regional de Empreendedorismo e do Concurso de Ideias de Negócio - Inserção de publicidade do Diário de Viseu	020217	3.100,00 €	606 e 2381
332/2014	0132/2014	Campanha de comunicação no âmbito da divulgação da Rede Regional de Empreendedorismo e do Concurso de Ideias de Negócio - Inserção de publicidade no Jornal do Centro	020217	1.000,00 €	609 e 2384
337/2014	0134/2014	Campanha de comunicação no âmbito do Concurso de Ideias de Negócio - Spot publicitário na Rádio Comercial	020217	4.295,20 €	618 e 2385
342/2014	0132/2014	Campanha de comunicação no âmbito da divulgação da Rede Regional de Empreendedorismo e do Concurso de Ideias de Negócio - Inserção de publicidade no Jornal Via Rápida	020217	700,00 €	632 e 2392
343/2014	0137/2014	Campanha de comunicação no âmbito do Concurso de Ideias de Negócio - Inserção de publicidade no Jornal de Negócios	020217	450,00 €	631 e 2393
344/2014	0138/2014	Campanha de comunicação no âmbito do Concurso de Ideias de Negócio - Inserção de publicidade no Jornal de Notícias	020217	1.500,00 €	650 e 2394
345/2014	0139/2014	Campanha de comunicação no âmbito do Concurso de Ideias de Negócio - Inserção de publicidade no Jornal Correio da Manhã	020217	1.500,00 €	629 e 2382